



CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS

ATA DA REUNIÃO DO DIA SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSETE

1 Aos sete dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às dez horas, o Conselho de
2 Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, na sala do Conselho
3 Universitário, sob a presidência da Professora Leila Rodrigues da Silva. Estavam
4 presentes à sessão a Superintendente Acadêmica de Pós-Graduação da PR-2,
5 Professora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, a Superintendente Administrativa da
6 PR-2, Marília Moraes Lopes, os Conselheiros Docentes, representantes dos Centros
7 Universitários, Gregório Malajovich Munoz (CCMN), Josefino Cabral Melo Lima (CCMN),
8 Luca Roberto Augusto Moriconi (CCMN), Marcelo Byrro Ribeiro (CCMN), Doris Clara
9 Kosminsky (CLA), Henrique Cairus (CLA), Beatriz Becker (CFCH), Hebe Signorini
10 Gonçalves (CFCH), Orlando Alves dos Santos Jr. (CCJE), Bruno Lourenço Diaz (CCS),
11 Irene de Almeida Biasoli (CCS), José Garcia Abreu Jr. (CCS), Kátia Vergetti Block (CCS),
12 Emerson Oliveira da Silva (CT), José Luis Lopes da Silveira (CT), Maria Alice Zarur
13 Coelho (CT), Marcello Luiz R. de Campos (CT), os Conselheiros Docente representantes
14 do Fórum de Ciência e Cultura, Alexandre Dias Pimenta e Carlos Renato Rezende
15 Ventura, o representante do Pólo Macaé Edison Luís Santana Carvalho, os
16 representantes Técnicos-Administrativos Marcia de Oliveira Cardoso e Sidney de Castro
17 Oliveira e os representantes Discentes Kleber Neves e Mariáh dos Santos Martins.
18 Registrou-se a ausência justificada dos Conselheiros Aloysio Moraes Rego Fagerlande
19 (CLA), Antônio Carlos de Souza Lima (FCC), Eliane Guedes (FCC), Fabio Neves Perácio
20 de Freitas (CCJE), Marcelo Álvaro de Macedo (CCJE), Mônica Pereira dos Santos (CFCH),
21 e Rachel Coutinho M. da Silva (CLA). A Pró-Reitora e Presidente do CEPG, Professora
22 Leila Rodrigues da Silva, deu início à Sessão pela apreciação das atas dos dias 10 e 17
23 de março de 2017. Foram incorporadas as observações à ata do dia 24 de março.
24 Colocadas em votação, as atas foram aprovadas por unanimidade. Passou-se ao
25 **Expediente. 1)** O primeiro informe da Presidência tratou do acordo de Cooperação
26 Técnica entre a UFRJ e a FIOCRUZ. A presidente informou que houve uma cerimônia,
27 no dia 5 de abril, para dar maior publicidade à notícia. Acrescentou que no âmbito do
28 acordo há que definir diretrizes para o intercâmbio no campo da pós-graduação.
29 Destacou a importância da iniciativa no que se refere ao fortalecimento das muitas
30 frentes nas quais as duas instituições já atuam em parceria, por um lado, e a
31 perspectiva concreta de ampliação da cooperação, por outro. O Professor Henrique
32 Fortuna Cairus parabenizou a PR-2 pelo esforço de aproximação com a FIOCRUZ,
33 ressaltando que com esse acordo o título de pesquisador da FIOCRUZ poderá ser
34 equivalente ao de professor da UFRJ, tendo em vista que há problemas para inclui-
35 los nas bancas, pois não há um reconhecimento dessa equivalência na UFRJ. A
36 Professora Leila esclareceu que, dentre outras questões, é preciso pensar na relação

37 com os pesquisadores da FIOCRUZ. Relatou que foi feito um levantamento na PR-2 que
38 concluiu que no ano de 2016 foram realizadas 80 orientações de trabalhos
39 conjuntamente. Salientou que algumas medidas poderiam tornar essa relação mais
40 simples. Outro aspecto destacado pela Presidente foi a dupla titulação. Ressaltou que já
41 existe grupo de trabalho constituído na FIOCRUZ para discutir o referido tema, sendo
42 pertinente fazer o mesmo na UFRJ, com a participação de alguns Conselheiros do
43 CEPG. O Professor José Garcia Abreu Jr. também parabenizou a PR-2 pelo trabalho e
44 acrescentou que a concretização do convênio tangencia diversas questões, como, por
45 exemplo, o fato de que a FIOCRUZ tem buscado na UFRJ especialistas, abrindo
46 concursos para pesquisadores com regime de 40 horas, atraindo professores, sobretudo
47 do CCS. Lembrou que já existem casos de professores que migraram para a FIOCRUZ e
48 têm esbarrado em problemas nas suas unidades e que o referido convênio mostra um
49 avanço da UFRJ. A Presidente informou que atualmente só existe um programa de pós-
50 graduação que é realizado em conjunto com a FIOCRUZ, que é o de Bioética, Ética
51 Aplicada e Saúde Coletiva, que também congrega a UERJ e a UFF, e que há muito a ser
52 feito em relação à integração acadêmica. A Presidente aproveitou a oportunidade para
53 convidar o Professor José Garcia para participar de um grupo de trabalho para pensar
54 propostas de articulação da UFRJ com a FIOCRUZ. Sublinhou que este tema será
55 discutido na próxima reunião com os Presidentes de Câmaras. **2)** A Professora Leila
56 comunicou que foi feita a divulgação, essa semana, do regulamento da avaliação
57 quadrienal pela CAPES. De acordo com a Presidente, já existe um calendário oficial, que
58 prevê que o resultado deve sair até o final da primeira quinzena de setembro, e, a
59 partir daí, poderão ser apresentadas as reconsiderações. Com relação à criação do
60 Doutorado Profissional, a Presidente esclareceu que a portaria foi publicada no dia 23
61 de março, e que a CAPES terá 180 dias para regulamentar todo o procedimento. **3)** A
62 Professora Leila informou que foram recebidas na PR2 oito propostas de criação de
63 cursos novos e uma solicitação de adesão a um curso multicêntrico. **4)** A Professora
64 Leila afirmou que ao longo da semana, com a ajuda da Assessora da CCDP, Suelen,
65 trabalhou com a perspectiva de reformulação dos editais para Professor Visitante.
66 Lembrou do compromisso do conselho com a redefinição dos dois editais. De acordo
67 com a Presidente, existe a confirmação de cinco vagas disponíveis para a modalidade
68 Adjunto e cinco vagas para Visitante Sênior. Acrescentou que foi elaborado um
69 calendário e que no dia 5 de maio será trazida uma proposta elaborada pela CCDP para
70 discussão no plenário. Destacou que contribuições poderão ser encaminhadas para a
71 Suelen, que repassará para a Câmara. Passou-se à **Ordem do Dia. Edital SIAC 2017.** A
72 Presidente sublinhou que, com base na avaliação da Semana de Integração Acadêmica
73 feita pelo CEPG, pelas pró-reitorias acadêmicas e coordenadores da SIAC do ano
74 passado, alguns ajustes foram introduzidos no edital. Dentre os ajustes introduzidos,
75 ressaltou a criação de uma coordenação com representantes de cada uma das Pró-
76 reitorias Acadêmicas. A PR-2 será representada pelo Professor Marcelo Macedo Corrêa e
77 Castro, que foi convidado para apresentar o tema, a fim de submeter o edital à
78 aprovação dos conselheiros. Esclareceu que na próxima semana, o Pró-Reitor da PR-1,
79 Professor Eduardo Serra, fará o mesmo procedimento no CEG, e a Pró-Reitora da PR-5,

80 Professora Maria Malta, também procederá da mesma forma na Plenária de Extensão.
81 Em seguida, passou a palavra ao Professor Marcelo Corrêa e Castro, que apresentou as
82 diferenças em relação ao edital SIAC 2016: inclusão da 4ª Jornada de formação docente
83 do PIBID, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, entre as atividades
84 da SIAC; participação facultativa de estudantes de pós-graduação como comunicadores;
85 mudanças nas modalidades de sessão para três – pesquisa, pesquisa-extensão e
86 extensão; inscrição do trabalho feita em apenas uma dessas modalidades; previsão de
87 menções honrosas. Após a apresentação do Professor Marcelo, foi aberto o debate, em
88 que foram apresentados diversos questionamentos: a obrigatoriedade da participação
89 de alunos de pós-graduação; a apresentação de trabalhos de graduandos e pós-
90 graduandos nas mesmas sessões; a motivação da participação dos alunos no evento; a
91 participação dos alunos de pós-graduação como orientadores dos alunos de iniciação
92 científica; os critérios para conferir as menções honrosas; o risco de esvaziamento da
93 UFRJ durante a SIAC; o cancelamento das aulas de pós-graduação; a limitação dos eixos
94 temáticos da Siac face à diversidade de pesquisa da pós-graduação e dúvidas em
95 relação ao calendário proposto no edital. O Professor Marcelo explicou que o aluno de
96 pós-graduação não é obrigado a se apresentar na SIAC. Ressaltou que o edital não
97 detalhou como as sessões serão organizadas e que esta definição caberá à comissão
98 organizadora. Com relação aos eixos temáticos, destacou a importância de garantir a
99 integração, considerando as especificidades e que levará o tema à próxima reunião da
100 coordenação. A Professora Leila reforçou as especificidades presentes na UFRJ,
101 acrescentando que a participação do pós-graduando como coordenador de sessão ou
102 co orientador deverá ser definida por cada Centro Acadêmico. Com relação ao limite ou
103 à dinâmica de concessão de menções honrosas, explicou que não existe nada
104 determinado e que, conforme o estado atual da discussão, acredita que se possa
105 concedê-las a todos os trabalhos que obtenham certo grau de desempenho na visão
106 dos avaliadores. Com relação à suspensão das aulas, lembrou que a suspensão de aulas
107 durante a SIAC está prevista no calendário do CONSUNI, com a indicação de que é
108 vedada a realização de provas ou quaisquer tipos de avaliação que não constem na
109 dinâmica própria da SIAC. Quanto aos eixos temáticos, a Professora Leila salientou que
110 o referido tema tem sido objeto de debate interno e que ainda não existe uma definição
111 a respeito. O Professor Edison Luis Santana Carvalho relatou a experiência de Macaé,
112 afirmando que a partir da IV Jornada alunos de pós-graduação têm participado como
113 comunicadores. Acrescentou que foi criada uma disciplina, na qual é creditada a
114 apresentação do aluno na Jornada. A Presidente submeteu aos conselheiros a
115 aprovação do conteúdo do Edital SIAC 2017, que foi aprovado por unanimidade. A
116 Professora Leila agradeceu a apresentação do Professor Marcelo Corrêa e Castro,
117 destacando ser uma honra tê-lo representando a PR-2 na Coordenação Central da SIAC.
118 Passou-se ao segundo item da pauta: *Internacionalização – Vitor Alevato do Amaral*
119 *(DRI)*. Vitor Alevato do Amaral iniciou apresentando a Diretoria de Relações
120 Internacionais. Dentre os pontos destacados, lembrou que a DRI foi formada como
121 Setor de Convênios e Relações Internacionais (SCRI), funcionando de 1994 até 2016.
122 Na sequência da apresentação, sublinhou que a mudança no nome foi justificada

123 porque a tramitação dos convênios passou a ser objeto de outro setor, também
124 responsável por contratos, criado no Gabinete do Reitor, de modo que a DRI passou a
125 cuidar dos acordos propriamente ditos. Acrescentou que a Diretoria de Relações
126 Internacionais se divide em três sessões: Divisão de Acordos Internacionais, Divisão de
127 Mobilidade Internacional e Divisão de Relações Internacionais. Sublinhou que foi criado,
128 em 2014, o Conselho de Relações Internacionais, que tinha em sua formação original
129 membros nomeados pelo Reitor da UFRJ. Ao final de 2015, uma portaria redefiniu a
130 organização do Conselho, que hoje é formado por 11 membros, um representante da
131 própria DRI, que é o Diretor e preside o Conselho, um da PR-1, um da PR-2, um da PR-
132 5, um representante do curso de Relações Internacionais e um membro de cada
133 Decania, com a pendência da participação de um representante do *Campus Macaé*.
134 Destacou que o referido Conselho não tem caráter deliberativo, e que a manifestação
135 ocorre por meio de pareceres de recomendação ou propostas. Frisou ainda que, por
136 conta do programa CAPES *Mais Ciência Mais Desenvolvimento* (MCMD), é preciso
137 debater mais o tema da internacionalização. A Professora Leila enfatizou a importância
138 de se pensar a internacionalização na UFRJ na forma de um projeto institucionalizado.
139 Com relação ao programa MCMD, o Diretor da DRI, em resposta a pedidos de
140 esclarecimentos dos conselheiros, informou que o mesmo foi apresentado em reuniões
141 regionais organizadas pela CAPES. Ressaltou que se trata de um programa diferente do
142 *Ciência Sem Fronteiras*, que era compartilhado pela CAPES e CNPq, sendo o MCMD só
143 da CAPES. Destacou que o MCMD ainda foi pouco divulgado. A Presidente do CEPG
144 informou que a CAPES enviou um e-mail para todos os Coordenadores de pós-
145 graduação, essa semana, sobre o preenchimento de um questionário. Considerando
146 que tal preenchimento cabe à PR-2, encaminhou mensagem para os Coordenadores
147 solicitando as informações avaliadas como pertinentes, para que se pudesse
148 sistematizar a resposta do conjunto da instituição. A Presidente lembrou aos
149 conselheiros que, no dia 15 de março, houve uma reunião na USP, na qual o programa
150 MCMD foi apresentado com um pouco mais de detalhes. O Diretor da DRI passou a
151 abordar o tema da cotutela, salientando o tempo gasto atualmente para a conclusão do
152 processo: 298 dias. Assim, destacou a necessidade de uma resolução, a ser elaborada
153 pelo CEPG, que agilize a tramitação, reduzindo as etapas, com acordos institucionais
154 mais abrangentes e atendo-se, sobretudo, à análise acadêmica dos pedidos. A
155 Professora Maria Alice Zarur Coelho, Presidente da Câmara de Corpo Discente, apoiou
156 esta proposição, lembrando as circunstâncias com que frequentemente a Câmara se
157 depara em relação aos acordos de cotutela. A Presidente do CEPG solicitou a
158 prorrogação da Sessão, que, colocada em votação, foi aprovada por unanimidade. O
159 Professor Orlando Alves dos Santos Jr. parabenizou a iniciativa de maior agilidade na
160 tramitação de acordos de cotutela e explicou que o programa do qual faz parte,
161 Planejamento Urbano e Regional, tem feito um grande esforço no estabelecimento de
162 cotutelas e que já foram firmados quatro acordos. Demonstrou preocupação em relação
163 a duas questões: concorda com o estabelecimento de acordos institucionais gerais, mas
164 ressalta que há que se preocupar com o aluno, e que a proposta não resolve o
165 problema da falta de agilidade do primeiro convênio. O Professor Luca Roberto de

166 Augusto Moriconi ressaltou que este é o momento para produzir uma mudança
167 qualitativa e quantitativa, com a proposição de um documento que padronize o que a
168 UFRJ entende como responsabilidades dos alunos e dos orientadores no processo de
169 cotutela. O Diretor da DRI destacou que a iniciativa do aluno é fundamental, porém
170 chamou a atenção para o aparente descaso de alguns orientadores, tendo em vista que
171 muitos parecem ausentes dos processos. Com relação ao primeiro convênio, Vitor
172 esclareceu que não está nas mãos deste Conselho ou da DRI mudar essa norma,
173 porque existe uma resolução que dita a tramitação dos convênios, que é em geral
174 muito demorada. Sobre a padronização do documento formal, destacou ser um sonho,
175 mas que não funciona, pois há muitas especificidades. Vários Conselheiros
176 demonstraram preocupação com o primeiro acordo. A Professora Leila solicitou
177 autorização do CEPG para que a Professora Ana Carla Araújo, Diretora de Relações
178 Internacionais da Escola Politécnica, se pronunciasse, com aprovação por unanimidade.
179 A Professora Ana Carla esclareceu que um único documento com duas naturezas, a
180 política de acordos e a acadêmica, vai demorar muito mais para tramitar do que dois
181 documentos, um de caráter interinstitucional e outro acadêmico. Destacou que, ao
182 contrário do que foi dito, o primeiro vai demorar menos, mesmo em relação a um único
183 aluno, pois conterà apenas cláusulas institucionais e tramitará por instâncias que estão
184 habituadas a avaliar este tipo de documento. O Diretor da DRI ressaltou que havendo
185 entendimento deste Conselho de que é viável o estabelecimento da cotutela a partir de
186 acordos gerais, seria pertinente a criação de uma resolução. A Professora Leila
187 acrescentou que já repassou um processo de pedido de cotutela geral, que foi iniciado
188 em dezembro de 2016, para a Câmara de Corpo Discente, a fim de servir de base para
189 esta reflexão. O Professor José Luis parabenizou o trabalho da DRI e questionou qual
190 será o limite para cotutela. Sinalizou que, para acelerar o processo, é favorável à
191 possibilidade de o CEPG delegar à CPGP a análise do mesmo. Com relação à aceleração
192 do processo, a Professora Alice demonstrou preocupação com o mérito. A Assessora da
193 CAAC e da CCD, Aleni Vieira, informou que PR-2 sempre se preocupou com a formação
194 do processo de cotutela e esclareceu que ele deve vir instruído sobre onde será a
195 defesa, em qual língua, e se haverá banca de defesa nas duas instituições. Esclareceu
196 que devem ser atendidas tanto a Resolução 01/2006 do CEPG quanto as exigências da
197 outra instituição. Ressaltou, ainda, que a análise do processo pode ser feita tanto pela
198 Comissão Deliberativa do Programa como pela CPGP. A Professora Leila propôs a
199 constituição de uma comissão, com a participação de um integrante de cada Câmara,
200 da Assessora da Câmara de Corpo Discente, Aleni Vieira, e de um integrante da DRI,
201 com o objetivo de apresentar uma proposta para agilizar o processo de cotutela. Após
202 discussão, a composição do grupo de trabalho foi aprovada por unanimidade, com a
203 seguinte composição: Gregório Malajovich Munoz (CCD), Luca Roberto Augusto
204 Moriconi (CCDP), Henrique Fortuna Cairus (CAAC) e José Luis Lopes da Silveira (CLN).
205 Aguarda-se a indicação do membro da DRI. A Professora Leila destacou que a ideia é
206 que o tema internacionalização seja tratado ao longo do ano, com seus vários
207 subtemas, para que se possa avançar em algumas frentes. Como não houve relato de
208 processos, a Professora Leila Rodrigues da Silva deu por encerrada a sessão às treze

209 horas. Para constar, eu, Denilson Santos de Jesus, Secretário do CEPG, lavrei a ata que,
210 após aprovação, será assinada pela Presidente da sessão, Professora Leila Rodrigues da
211 Silva, e por mim.

212 Denilson Santos de Jesus

Professora Leila Rodrigues da Silva

213 Secretário

Presidente do CEPG